

brasil mulher 14

Cr\$ 8,00
Novembro de 78
Ano 3

**a panela está
vazia**

Páginas 6 e 7

ELEIÇÕES

Páginas 8, 9 e 10



Leia sobre o caso de um patrão que matou um operário, na página 4. Na 3, estão as passeatas das «meninas» da De Millus. Lá na página 13 está a história de uma pescadora da Paraíba. E, na 14, continua a série sobre a sexualidade feminina.

ANISTIA

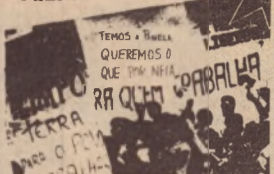
Página 12

Nossa Capa:
a foto

mostra uma
das assembléias
que o

Movimento do Custo de Vida
realizou nos bairros
de São Paulo, no
domingo 29 de outubro.
Uma reunião de painéis vazias.

a **panela está**
vazia



Layout André Boccato

o voto é uma arma!

É inevitável a derrota do partido do governo nestas eleições. Nos grandes centros urbanos a vitória da oposição palpita em todas as manifestações populares.

O momento político hoje é de fundamental importância para o avanço do movimento operário e popular, pois a ele interessa aprofundar a crise da ditadura militar, infringindo uma profunda derrota ao seu partido, a Arena.

Mas só isso não basta; é necessário garantir que o Parlamento seja uma tribuna a mais para se denunciar as arbitrariedades do regime, tais como as reformas do governo que impuseram a ridícula figura do senador biônico, impediram a organização de partidos políticos e, de maneira geral, tentaram dar uma fachada democrática à ditadura militar, como também o projeto da nova Lei de Segurança Nacional, que visa a uma repressão mais ampla e legaliza a censura à imprensa.

Por isso é necessário fortalecer os candidatos que lutem ombro a ombro com o povo, não apenas no Parlamento, ou seja, aqueles realmente comprometidos com as lutas por melhores condições de vida, pelas liberdades democráticas, por uma anistia ampla, geral e irrestrita, pelo fim da ditadura militar e por uma alternativa popular ao regime. Entretanto, sabe-se que essas tarefas não serão resolvidas pelo Parlamento; afinal, ele é uma instituição limitada, dirigida para os interesses dos poderosos.

Nesse momento, é fundamental impulsionar a unidade dos setores populares contra a opressão e a exploração, como vem acontecendo nas greves gerais de gráficos e metalúrgicos, na constituição de comissões de fábrica que marcam avanços qualitativos na organização dos trabalhadores e na luta pela conquista de um governo que suprima por completo o regime autoritário. Um governo onde a classe operária e o povo não tenham apenas o direito de eleger seus representantes, mas também o supremo direito de participar ativamente do exercício do poder. Não há outro caminho para pôr fim ao arbítrio e à exploração e conquistar uma verdadeira democracia.

Nesta conjuntura, onde a mulher trabalhadora já vem lutando pelos seus direitos, é fundamental que ela se integre, participando ativamente do movimento operário e popular na luta pelo fim do regime militar.

LEIA A IMPRENSA INDEPENDENTE

Bagaço
Batente
Capa
Chapada do Corisco
Cobra de Vidro
Contestado
Coojornal
De Fato
Em Tempo

Escrita
Flagrante
Invasão
Movimento
Mutirão
Nova Geração
O Beijo
O Debate
O São Paulo

O vagão
Pasquim
Plural
Posição
Rádice
Repórter
Resistência
Varadouro
Versus



Assine **Brasil Mulher**, o «nanico» da mulher trabalhadora. Com seu apoio este jornal vai ficar melhor ainda. A imprensa independente depende de você: Colabore!

Nome: Profissão:

Endereço:

CEP: Cidade: Estado:

Observações:

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher: Rua Fidalga, 548, sala 16, Vila Madalena, São Paulo (SP)

Assinatura anual: Cr\$ 100,00, semestral: Cr\$ 50,00

Apoio: Cr\$ 200,00

Exterior: assinatura semestral US\$ 8.00
anual US\$ 15.00

ETP



CONSELHO EDITORIAL: Amelinha de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ângela Borba, Beatriz Bargieri, Diva Burnier Romão, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosalina Santa Cruz Leite.

REDAÇÃO: Leda Beck (editora), Ana Maria Silva, Cecília Wetten, Elizabeth Sardelli, Elza Machado, Eneida, Iara G. Areias Prado, Ieda M. Areias, Kátia Antunes de Andrade, Maria Eliza Leonel, Naná Gama e Silva, Valdenir, Valquíria Queiróz, Vera Lucia.

ARTE: André Boccato (editor) Lelê/Luiz Aquira (past-up).

COLABORADORES: Albertina de Carvalho, Aparecida M. de Oliveira, Ciça, Conceição Cahu, Derly, Fernanda, Madá Barros, Maria Luiza Fernandes, Maria Prudente de Moraes, Maria Alice P. Moraes, Maria Quinteiro, Marisa Sobral, Maristela Debenest, Marli de Araujo, Maria Tereza Ghiringhelo, Marlene Crespo, Mônica S. de Barros, Mouzar Benedito, Rachel Moreno, Rita, Rosa Guillon. Belo Horizonte: Angela América da S. Albernaz, Angela Dumont Teixeira, Inês A. Teixeira Gomes, Maria Auxiliadora T. Machado, Maria da Conceição Teixeira Pereira, Maria Zélia Castilho de Jesus Rogado, Mônica Eustáquio, Fonseca Fernandes, Yolanda Lúcia Menezes Rodrigues. Paris: Beth Lobo, Lena Lavinias e Maria Helena Tachinardi (texto); Otilia, Sueli Tomazini e Sula (fotos).

DIRETORA RESPONSÁVEL: Leda Beck, matrícula sindical 4984

DEPARTAMENTO JURÍDICO: Márcia Ramos de Souza, Luiz Eduardo Grenhalg.

VENDAS: São paulo — Livraria Diadorim (praça Dom José de Gaspar, 106, loja 19); Editora Avanço (rua Aurora, 704); Livraria Zapata (rua Cesário Motta Júnior); Rio de Janeiro — Centro da Mulher Brasileira (av. Franklin Roosevelt, 39, sala 713); Muro Livraria e Editora Ltda. (rua Visconde de Pirajá, 82, sala 102); Livraria Leonardo Da Vinci; Recife — Livraria Dom Quixote (av. Conde de Boa Vista, 250, loja 4)

COMPOSIÇÃO: Editora Afa Ltda, Av. Liberdade, 704 - São Paulo

TIRAGEM: 10 mil exemplares.

OUTUBRO/NOVEMBRO de 1978

De Millus *feito com amor?*

Em meados de agosto, os operários da De Millus, no Rio de Janeiro, fizeram até passeatas contra a revista obrigatória que a fábrica passou a exigir no fim do expediente. Foi só a revista, arbitrária e humilhante, que as deixou revoltadas? Não, havia muito mais coisas de que reclamar.



A De Millus é uma fábrica que produz calcinhas e sutiãs. São pequenas peças que exigem paciência e habilidade para serem feitas.

De acordo com a mentalidade dominante, as mulheres são as indicadas para esses tipos de tarefas: familiarizadas desde pequenas com serviços ditos «femininos», produzem em grande quantidade e em tempo reduzido, o que garante o lucro dobrado dos patrões. Além disso, «mulheres reclamam menos dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho», aumentando a margem de manobra dos patrões sobre o conjunto dos trabalhadores. Não é à toa, portanto, que se cultiva a passividade, a submissão e a doçura, como virtudes ditas «femininas».

Mas esta situação tem um limite. A tão falada «paciência feminina» incutida na mulher começa a se transformar em firmeza, decisão e combatividade, virtudes consideradas «masculinas».

É o que acontece quando a realidade assim o exige, porque não há quem aguente tanta exploração e tanta humilhação. A propaganda «De Millus feito com amor» tem um preço:

— Se a peça sai com defeito, a operária responsável tem que pagá-la.

— A maior parte recebe por produção. São tarefeiras e não tiram muito mais do que o salário-mínimo, porque «quando uma operária já está muito hábil numa certa tarefa, a direção a desloca para outro setor ou começa a segurar a quantidade de serviço».

— Como cerca de 90% da mão-de-obra é feminina, a maior parte menor (entre 14 e 18 anos) e a CLT só permite 15% de trabalhadores menores numa firma, a De Millus vale-se então de um convênio com o Sesi para treinamento: as operárias «treinam» dois anos, trabalhando dez horas por dia e ganhando um salário miserável, muito abaixo do mínimo. E ao final deste período são demitidas, o que permite à fábrica ter sempre uma grande quantidade de mão-de-obra a baixo custo. Há ainda a artimanha da «Escolinha»: contratam as operárias por três meses, «para experiência», sem salário nenhum, e quase sempre as mandam embora, sem pagar nada; enquanto isso, elas vão produzindo de graça e a fábrica vai aumentando seus lucros.

—A comida é péssima, além de ser cara. É feita sem o mínimo de higiene e com «bastante fermento, o que provoca dor de estômago».

—O atendimento médico é precário e, quando se está grávida, fazendo o pré-natal num hospital longe da fábrica, a chefia não aceita o atestado de abono de falta dado pelo próprio INPS.

—Creche: inexistente.

É, portanto, graças a essa exploração direta do trabalho que a De Millus alcançou um lucro de 150 milhões de cruzeiros (100 mil salários mínimos), em apenas um semestre. Não satisfeitos, de vez em quando os patrões resolvem inventar uma minuciosa revista no fim do expediente, geralmente sob pretexto de evitar roubos. Mas desta vez sete operárias já haviam sido demitidas, sob acusações de furto, e a revista foi mais longe: as bolsas e marmitas tinham que ser deixadas na «casa branca», em frente à fábrica, obrigando as operárias a pagar para comer o que chamam de «lavagem». E, no final das 10 horas de trabalho, eram submetidas à humilhação de ter que se despir para ser apalpada «de mau jeito» pela guarda de segurança. Muitas meninas choravam de vergonha. As que estavam menstruadas tinham até que tirar o modess, pois a revista era completa.

SEM CHORO CONTRA ARBITRIO

Mas as meninas desta vez não reagiram apenas com choro. Mostraram que, embora sendo operárias, mulheres e menores — exploradas três vezes — não aceitam arbitrariedades tão passivamente como era de se esperar. Logo no primeiro dia, uma das trabalhadoras começou a discutir com a guarda de segurança; a discussão virou briga e a policial saiu com o braço quebrado. No dia 24 de agosto, 2º dia de revista, ao enfrentar uma extensa fila para recuperar seus pertences, aconteceu a explosão: as operárias mostraram então sua revolta e sua combatividade. Reunidas em bloco na porta da fábrica, exigiram, em voz alta, o fim das arbitrariedades.

Foi imediatamente convocado um choque do 16º Batalhão da PM para reprimir a manifesta-

ção. Os policiais utilizaram toda a violência, mas elas não se intimidaram: responderam com pedras, pedaços de pau, se aglomeraram, fazendo frente à repressão: 150 policiais, 19 viaturas e um carro-choque da PM.

Seis delas foram presas, três levadas para o Departamento de Polícia Política Social (DPPS), outras sete foram hospitalizadas. «Cheguei aqui no hospital desacordada», conta Erenice Duarte, brutalmente agredida. «Na hora em que a polícia chegou, eles cercaram a gente num paredão e começaram a agredir indiscriminadamente. Eu tenho um problema nervoso e nessas horas costumo desmaiar. Levei porrada, fui puxada pelos cabelos pelos guardas, até que desmaiei e só recuperei os sentidos hoje, três dias depois. Estou com o corpo todo doído e com uma mancha roxa no braço, e sem saber como vim parar aqui».

Duas outras operárias grávidas sofreram sérias pancadas e uma delas chegou a perder o bebê. Mesmo assim, no dia seguinte, contrariando a ordem da direção, de dispensa do trabalho às 9 horas, cerca de mil operárias permaneceram em frente à fábrica, protestando organizadamente em pequenas passeatas pela rua, para denunciar as péssimas condições de trabalho.

SERÁ QUE FOI HISTERIA?

Apesar de tudo, a assistente social da fábrica explicava os fatos assim: «As minhas meninas ficaram nervosas, tiveram uma espécie de ataque histórico coletivo». Mas não foi nervosismo, nem histeria, foi um grito de revolta. Revolta contra a tripla exploração a que estão submetidas na De Millus. Revolta que serviu para destruir mais uma vez o mito conveniente ao patrão de que «mulher é frágil, mulher não briga», de que operárias são passivas e submissas.

E serviu para a conquista de uma vitória imediata — o fim da revista —, mostrando que, se unidas, as operárias podem enfrentar os patrões, podem intervir com firmeza nas lutas da categoria. Serviu, enfim, para mostrar a urgência da organização das mulheres trabalhadoras na luta e conquista de seus direitos.

Na ALFA, o patrão mata mesmo, com revólver e tudo

Porque exigia 600 cruzeiros de horas-extras, que estavam faltando no seu envelope de pagamento, o operário Nelson Pereira de Jesus foi assassinado com dois tiros pelo patrão, Cássio Scatena. Isso aconteceu na Metalúrgica Alfa, em São Paulo, no dia 11 de outubro, tendo como testemunha o operário Rômulo Magalhães Costa, companheiro de Nelson, que agora está desaparecido.

Quem é Cássio Scatena? Conhecido na fábrica por sua violência, ele já foi denunciado em 1968 pela revista "O Cruzeiro", que publicou uma relação de quatro alunos ou ex-alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que tomaram parte no massacre aos artistas da peça "Roda Viva", de Chico Buarque. Membro do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), Cássio Scatena também participou de atos terroristas na Faculdade de Filosofia da USP.

Agora, os operários da Alfa denunciam que ali existe uma prisão própria e que estão sofrendo todo tipo de violência, maus tratos e agressões. Por exemplo: há três meses atrás o operário Nestor foi agredido a coronhadas pelo patrão José Roberto Melo, quando corajosamente quis lhe tirar o revólver com que ameaçava os trabalhadores para não entrarem em greve; e os operários Manoel Baiano, André, Pedro e Genésio já ficaram presos ilegalmente dentro da Alfa, com a cobertura de um investigador do 8.º Distrito Policial, que trabalha na fábrica, e com a ajuda de outros policiais.

Assim, no dia do enterro de Nelson Pereira de Jesus, os operários da Alfa entraram em greve e continuam em greve, demonstrando sua disposição de luta, a despeito de todas as ameaças. Eles exigem segurança no trabalho, proibição de porte de arma pelos patrões e são contra a violência policial e patronal. Além disso, querem a formação de uma comissão de trabalhadores — com estabilidade sindical — para nomear um novo gerente de produção, que tenha poderes para resolver todos os assuntos trabalhistas.

E têm também várias outras reivindicações:

1 - o FGTS da Alfa não é depositado há quatro anos;

2 — a empresa também não cadastra seus funcionários no PIS, pelo menos no período de 1976 a 1978, e talvez também 1974,



Os operários da Alfa, no enterro

3 — as férias são pagas incorretamente: a cada duas férias vencidas, paga-se uma, à base de 20 dias;

4 — o adicional de insalubridade também não é pago, e a empresa cortou até o fornecimento de leite aos empregados em atividades insalubres;

5 — o 13.º salário é pago em parcelas, a segunda delas depois do Natal, em janeiro ou fevereiro;

6 - os empregados que trabalham no domingo, sem folga compensatória, recebem uma diária de apenas 20%;

7 - o salário é pago fora do horário de expediente e os empregados não recebem horas-extras pelo tempo que permanecem nas enormes filas à disposição da empresa, por duas, três e até cinco horas na rua;

8 — há pressões contra os empregados que utilizam o seguro quando sofrem acidentes (atraso de pagamento, corte de vale, etc.);

9 — não existe a CIPA organizada;

10 — a empresa desconta dos salários as contribuições devidas ao Sindicato, mas não paga e está

devendo, atualmente, no Sindicato, pelos meses de janeiro a abril de 1978, a quantia de Cr\$ 9.933,00.

LUTA DE MILHÕES

Os patrões e a polícia tentaram de todas as formas evitar a repercussão do assassinato de Nelson Pereira de Jesus e impedir que os trabalhadores, revoltados, manifestassem sua solidariedade ao companheiro morto. Primeiro, dificultaram a liberação do corpo de Nelson, para impedir o velório, e depois foi proibida pela polícia a passagem do enterro em frente à fábrica, onde seria feito um minuto de silêncio em sua homenagem. Mesmo assim, centenas de operários levaram o corpo até o cemitério, onde desfraldaram uma faixa que dizia: ABAIXO O TERRORISMO PATRONAL!

Mas na missa, rezada por dom Angélico Sândalo, na igreja de São João Batista, em Itaim Paulista, ficou demonstrada a indignação de mais de 300 operários. Nas faixas, por exemplo: PUNIÇÃO AOS PATRÕES ASSASSINOS ou POR MELHORES SALÁRIOS. Membros da comunidade leram um texto:

"Mais uma vítima! Mais uma vítima de um sistema injusto, onde

poucos detêm o poder através da riqueza que possuem e outros são oprimidos e esmagados pela miséria. Nelson era um operário igual aos outros espalhados pelas indústrias de São Paulo. Morreu como tantos outros morreram: nas mãos dos patrões".

No sermão, dom Angélico afirmou: "Estamos diante de um fato profundo e doloroso. O operário Nelson foi assassinado por seu patrão, quando exigia seus direitos. Imensa opressão pesa sobre os operários: salários miseráveis e custo de vida alto, sindicatos desviados de suas funções, perseguição aos verdadeiros líderes sindicais, leis que tornam a greve ilegal. A luta de Nelson, anônima, simples, é a de milhões de homens que, no mundo do trabalho, são explorados. Sua luta continua na disposição dos pobres, que vão se unindo e organizando, nas assembleias de bairro, na luta pela transformação dos sindicatos em organismos livres da tutela do Ministério do Trabalho e dedicados à conquista dos direitos e ao respeito pelo trabalhador. Na opressão busquemos unidos os caminhos da libertação. Lutemos unidos e organizados para que as empresas não continuem tirando a vida de milhões de trabalhadores".

“GENTE HUMILDE”

Borel é uma favela do Rio de Janeiro. Como em todas as favelas, seus habitantes, além da dura luta pela sobrevivência, sofrem outros problemas: são tratados como marginais, ameaçados pela polícia, ameaçados pela remoção, etc. O pessoal de Borel resolveu se organizar para resistir e lutar. E nessa luta as mulheres estão na frente e dando toda a sua força. Valdenir, uma moradora da favela e integrante do grupo que luta pela creche, nos conta seus problemas e como elas se organizaram:

Dentro da «Cidade Maravilhosa» existe uma classe que não vive tão maravilhosamente. São os favelados — os marginalizados pela sociedade da grande cidade. Gente humilde que acorda às 5 horas e pega no trabalho para que, no fim de 30 dias, receba um salário de fome. Borel é um desses lugares, onde 17.000 mil pessoas dividem entre si o mesmo sofrimento. Os homens e mulheres, unidos às margens da sociedade, lutam comunhamente para encontrar um lugar ao sol. São gente que faz de tudo, que luta contra a remoção, que sobem e descem o morro todos os dias carregando água na cabeça e na «balança» e que sofrem pressão de polícia. Frequentemente as mulheres saem desesperadas, procurando e chamando pelos filhos. A polícia não perdoa o favelado. Sobem o morro de metralhadora na mão, e dispara contra qualquer suspeito, pondo em risco a vida de inocentes.



Luca Arruda

A União Faz a Força

Mas essa gente tem consciência de seus direitos, conhecem o poder da união e sabem que o povo unido é povo forte. Fundaram sua associação: (UMB) — União do Morro do Borel —, onde buscam resolver os seus pro-

blemas de luz, água, telefone, calçamento, esgoto, lixo, etc. A União Faz a Força — esse o lema. Os moradores do Borel estão construindo uma capela e foi aí que as mulheres se reuniram um dia e passaram a lutar pelas suas necessidades. Elas brigam com os homens, lado a lado. As mulheres do Borel criaram um lema — ORGANIZAR, DISCUTIR, UNIR e FAZER (ODUF) e estão fazendo mesmo, além de trabalhar dentro e fora do lar, a luta por uma creche. Mas não deixam de lutar com os homens nas campanhas para o calçamento da estrada, e outras coisas. São operárias, comerciárias, balconistas, trocadoras de ônibus, lavadeiras, empregadas domésticas. São mulheres e que quando querem conseguem. Querem uma creche e vão tê-la. Para isso elas se reúnem toda semana na sede da Associação. Ali elas organizaram um grupo de Finanças, que cuida do tutu, o grupo de Propaganda, que incentiva as mulheres que ainda não participam, o grupo do Informativo, que mantém todos informados sobre o que está sendo feito etc. E discutimos assuntos que consideramos importantes para compreender nossa vida. Elas pedem donativos, fazem bazares, festas, enfim, tudo que renda dinheiro para fazer sua creche. Elas precisam trabalhar mas não querem deixar seus filhos abandonados no morro. Elas querem e vão conseguir porque acreditam que a união faz a força e que devemos lutar para sermos iguais.

domésticas, reunidas pela terceira vez



Nelle Soli Trewick

A empregada doméstica não tem direito a 13º salário, a Fundo de Garantia, a aviso prévio. Elas podem se tornar seguradas do INPS, mas a maioria prefere não se registrar; umas, por medo do desconto de 8% no salário já tão baixo, outras «para não sujar a carteira» com a classificação de doméstica e outras, ainda, porque as patroas se recusam ao registro.

Para discutir essas questões, elas realizaram, de 4 a 6 de agosto, em Belo Horizonte, o 3º Congresso Nacional de Empregadas Domésticas. Dele participaram representantes de São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná.

Na abertura do Congresso, dom João de Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, falou às domésticas: «Vocês, no trabalho silencioso, às vezes não reconhecido, colaboram na construção da catedral de um mundo mais feliz».

Mundo mais feliz para quem? Decerto que não para a empregada doméstica. Segundo Paul Singer, do Cebrap, esse tipo de emprego é «falso tanto no ponto de vista social, pois está a margem da divisão social do trabalho, como do ponto de vista da emancipação da mulher. A empregada doméstica continua desempenhando as funções femininas tradicionais — prestar serviços pessoais aos membros de uma família — só que não à própria, mas a uma família estranha. Mas nem por isso ela atinge qualquer grau de independência.»

Já o arcebispo dom João de Resende Costa acha que «é uma beleza quando, numa casa, a patroa sabe que tem uma empregada cuidando de tudo, e quando a família da doméstica fica feliz, por ver sua parente bem empregada». Menos que uma trabalhadora, a empregada doméstica sofre uma falsa integração no lar, como um membro inferior do círculo familiar, ao qual se impõem as restrições habituais de ordem moral à liberdade pessoal. Ao mesmo tempo, oia tende a ser super-explorada, sem contar sequer com a proteção das leis do trabalho.

«Precisamos viver
nossos problemas»

Odete, representante da Associação das Em-

pregadas Domésticas do Rio de Janeiro no 3º Congresso, em Belo Horizonte, diz que as principais reivindicações no encontro foram mesmo as de férias de 30 dias, 13º salário e horário de trabalho de 10 horas, com uma ou duas horas de descanso. Ela acha que «o pessoal hoje está mais conscientizado, sabe mais o que quer, está mais despertado para a coisa».

Por isso, Odete considerou «positivo» o encontro de Belo Horizonte, onde todas puderam conhecer «as diferentes realidades», descobrindo, por exemplo, que «o pessoal do Rio Grande do Sul tem muita facilidade para sair para estudar; em Brasília também, às 7 horas da noite todas já estão saindo; e em Recife o pessoal ganha muito menos, enquanto aqui no Rio o horário é que é mais apertado».

Odete também acha que «a doméstica fica muito ligada à patroa» e precisa «trabalhar por essa libertação, porque ela fica num mundo que não é dela, vivendo os problemas que não são dela e esquece dos próprios problemas, e de suas lutas, até de suas próprias famílias. Temos tido alguns problemas com pessoas que trabalham 10, 15 anos numa casa, são despedidas e ficam numa situação difícil, porque não têm para onde ir. Muitas vezes não têm nem carteira assinada, porque as patroas põem na cabeça delas que elas fazem parte da família».

E adverte: «O que queremos é a libertação da pessoa. Está certo que trabalhe, que seja colocada como empregada, que está ali para servir, mas que não seja mentalizada que faz parte da família».

As empregadas domésticas não acreditam muito na vantagem de ter sindicato, segundo Odete. «Vocês sabem como estão os sindicatos — diz ela — Como associação a gente está mais livre. Mas com a regulamentação da profissão, terá que ter um sindicato.»

Ela acha que «os sindicatos têm que atuar livremente», mas a preocupação principal, agora, é fortalecer a Associação, o que «é um negócio muito difícil». Diz Odete: «A maioria está querendo fugir, a profissão está muito desvalorizada. Então, primeiro tem que mentalizar que todo trabalho tem seu valor». Será que elas vão conseguir o que reivindicam? «Não sei, o momento político está aí...».

A PANELA

Esse era o grito de protesto das donas de casa dos bairros pobres de São Paulo, durante as manifestações do Movimento do Custo de Vida, ocorridas em vários pontos da capital e do interior do Estado no domingo 29 de outubro: «Abaixo a carestia, que a panela está vazia!»

As assembléias mais concorridas foram em São Miguel Paulista e na Cidade Dutra, situados respectivamente nas zonas Leste e Sul da cidade de São Paulo. Apesar do policiamento ostensivo nas proximidades, havia cerca de duas mil pessoas reunidas em cada uma delas.

Indignado, o povo levantava as panelas e gritava: «Já temos as panelas, só falta o que por nelas!»

Na igreja de São Miguel Paulista, o presidente da Comissão de Justiça e Paz, José Carlos Dias, defendeu «a legitimidade dessa manifestação do povo, que reivindica o poder político que lhe pertence».

Lourdes, operária metalúrgica de 18 anos, conclamou as mulheres a participarem da Campanha Salarial: «Somos nós a força principal do movimento contra a carestia. Foram as donas de casa que juntaram gente e foram às ruas, conseguindo assim o apoio de vários setores da população. Precisamos assumir a luta por melhores salários, participando da campanha nos bairros e principalmente no Sindicato».

Na Zona Sul, um dos representantes do MCV, Vicente, demonstrou que são justas as exigências do movimento: «Somos nós que criamos as riquezas, que plantamos e colhemos os alimentos, que transportamos o que se produz, que ensinamos e que cuidamos do progresso desta Nação».

Um senhor, pai de 10 filhos, que veio do campo, falou que «é necessária a reforma agrária para que se tenha terra para plantar arroz, feijão, milho e comida para os brasileiros».

No decorrer da assembléia, o povo cantava músicas com letras modificadas, como este «Asa Branca»:

*Quando olhei os preços altos.
De tristeza até chorei
Dinheiro pouco, salário baixo,
Não há quem possa com esta inflação.*

Em todas as assembléias houve um minuto de silêncio, em protesto pelas crianças que morrem de fome e pelos baixos salários dos trabalhadores. E foi lida, em coro, uma carta que exige o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, «para que os aumentos de salários arrancados pelos trabalhadores não sejam engolidos pelo aumento do custo de vida». Logo em seguida, a carta foi assinada pelas pessoas presentes para ser posteriormente encaminhada às autoridades, via correio.

Comício das panelas vazias

No dia seguinte, à noite, o setor feminino do MDB de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, organizou o «comício das panelas vazias», que deviam «simbolizar as panelas vazias de todos os operários brasileiros». Compareceram cerca de 300 pessoas e a maioria dos oradores não se restringiu aos problemas de salários e custo de vida, falando tam-



Em Brasília, os representantes do MCV

bém do caso Herzog (o jornalista que foi preso e assassinado em 1975, em São Paulo) e das declarações do general Figueiredo, o futuro presidente.

A concentração durou três horas e o deputado Pedro Simon, candidato do MDB gaúcho ao Senado, lembrou que seu partido não pode fazer promessas eleitorais: «O MDB não promete encher as panelas vazias, porque se fizesse isso estaria mentindo. Nem a Arena, nem o NDB, nem Geisel nem Figueiredo, ninguém vai encher as panelas se o povo não puder participar das soluções de seus próprios problemas».

Depois, Simon disse que o general Figueiredo «não vai fazer do Brasil uma democracia, como está dizendo, mas também não poderá impedir que o povo o faça». E continuou: «Entendo a mágoa do general Figueiredo com a desunião dos brasileiros. Só espero que ele entenda a mágoa da família Herzog e que dê anistia, que permita que todos os brasileiros possam participar da vida do País».

No fim de seu discurso, Simon lamentou a participação do presidente Geisel na campanha eleitoral: «Todo o País está em campanha, a começar pelo presidente da República, que com o dinheiro do povo faz campanha para a Arena, de maneira injusta e absurda». E foi muito aplaudido quando disse que a oposição ao regime não é derrotista: «Somos muito otimistas quanto ao futuro deste País. Só somos pessimistas em relação a esta gente que está mandando».

Mais de um milhão de desonestos?

Mais de 1 milhão e 300 mil pessoas subscreveram o abaixo assinado que denuncia a alta do custo de vida e reivindica o congelamento dos preços dos gêneros de primeira ne-

cessidade, abono de emergência e aumento salarial. Isto quer dizer que em cada grupo de 100, pelo menos um brasileiro tomou conhecimento do Movimento do Custo de Vida (MCV) e contribuiu com sua assinatura.

A resposta do governo ao abaixo-assinado foi um tentativa de esvaziar o conteúdo das reivindicações, acusando o povo de desonesto, pois, segundo ele, teria havido falsificação de assinaturas. Mais recentemente, procurou impedir as assembléias de protesto do dia 29 de outubro, fazendo ameaças de que iria ter repressão policial.

Dom Mauro Morelli (bispo de Santo Amaro — região Sul), ao fazer declarações, na véspera das assembléias de protesto, afirmou que o governo devia atender às reivindicações do povo e não proibir as manifestações. E acrescentou que «o povo reclama porque está com a barriga vazia e não porque goste de reclamar».

Não há dúvida de que a luta do MCV está desempenhando um importante papel no fortalecimento das manifestações e organizações populares. Através de mutidões e assembléias, o movimento vem defendendo, na prática, o direito de falar e de se reunir, tanto nos bairros como em praças públicas. As camadas populares que recebem baixos salários, passam a ter um meio para se opor à política do governo que proíbe o povo de lutar por melhores condições de vida.

A luta contra a carestia interessa à maioria dos brasileiros, desde operários, camponeses, donas de casa, até estudantes e intelectuais. Por isso, desde que o movimento saiu às ruas não parou de receber adesões de importantes setores da população.

Os participantes do MCV são, na maioria, donas de casa, seus filhos e seus maridos (na

ABAIXO A

ESTÁ VAZIA

maioria operários), moradores dos bairros mais distantes e pobres.

Em São Paulo, segundo dados da Coordenação calcula-se que aproximadamente 5 mil e 500 pessoas estão organizadas em torno do Movimento. E mais da metade são mulheres.

Na vanguarda, a dona de casa

Após, 64, a maioria dos operários mais com bativos, e que se encontram à frente das lutas da classe operária, sofreu violenta repressão. Os líderes operários foram presos, cassados e outros foram obrigados a deixar o País. Foi grande o número de trabalhadores que foram demitidos dos seus empregos por terem liderado greves e defendido melhores salários para a classe operária. O governo militar impõe à Nação um modelo econômico baseado numa maior exploração dos trabalhadores: foram decretadas a lei do arrocho salarial e a lei anti-greve. Com isso, os trabalhadores são obrigados a trabalhar mais horas para conseguir o sustento da família. Perdeu-se o direito, conquistado com duras lutas, da jornada de trabalho de 8 horas. Nesses últimos 14 anos, os trabalhadores brasileiros passam a fazer em média 16 horas diárias para fornecer o sustento mínimo para sua família. As condições de vida da família operária pioraram muito. Se, em 1962, de 1000 crianças que nasciam, morriam 62, em 1976, cresce a mortalidade infantil: de cada 1000 crianças nascidas, morrem 90.

E foi nesta realidade que as mulheres — donas de casa — tomaram a iniciativa de lutar para a resolução de alguns problemas que mais afligiam à família trabalhadora tais como: falta de escolas, de transporte, de postos de saúde, creches, etc. A mulher dona de casa começou, a partir de 1972, a desenvolver a luta por melhores condições de vida. E para levar essa luta adiante, sentiu necessidade de se organizar, juntamente com suas vizinhas e demais moradoras nos bairros da periferia de São Paulo. É a partir desse movimento que ganham força os Clubes de Mães e Associações de Donas de Casa. De 1973 para cá, uma das lutas que mais mobilizou estes Clubes de Mães foi a luta contra a alta do custo de vida.

Pioneiras no MCV

Foram elas que iniciaram o Movimento, em 1973, com uma carta às autoridades. Nesta carta diziam: «As mães da periferia são as que mais sentem a realidade da vida... Por que o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de por a panela no fogo prá fazer a comida pros filhos? Prá onde vai a carne? O feijão e o leite? Porque até agora o feijão e o arroz era comida dos pobres e agora nem os ricos podem comer mais?» E terminam a carta fazendo um apelo à autoridade para que «tome providências no sen-

tido de, resolver a carestia de vida e aumentar os salários».

Mais tarde, em julho de 1976, os Clubes de Mães organizaram uma assembleia popular que contou com a participação de 5.000 pessoas, onde se ouviu este depoimento: «Somos mães de família em desespero, e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, roupas, aluguel. Estamos cansadas desta exploração... O salário é apertado e o custo de vida sobe sem parar. Para aguentar esta situação, nós mulheres precisamos trabalhar mas não temos creches para deixar nossos filhos e eles ficam trancados dentro de casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua sem nenhuma proteção, correndo risco de serem marginais».

Dona Ofélia, coordenadora de um Clube de Mães do Jardim Cupecê-SP, assim explica a participação da mulher na luta contra a carestia: «O homem põe o dinheiro dentro de casa e fica o dia inteiro no trabalho. E são as donas de casa que têm que se virar com aquele mingaço de dinheiro».

«As mulheres que já se reuniam nos Clubes de Mães é que começaram o MCV», fala dona Isabel, que pertence ao Clube de Mães da Vila Campestre-SP. «E quando começou a existir o Movimento, muitas outras mulheres vieram para os clubes e passaram a ver que nas nossas reuniões se tratava de problemas importantes, como o da carestia».

Ana, dona de casa, 30 anos, também participa do Clube de Mães da região Sul de São Paulo. E fala sobre a importância do MCV: «A mulher que está participando, está apreendendo muito. Agora a gente já tem coragem de falar numa reunião com pouca gente ou com muita. Tanto faz. Até em praça pública, se



Dona Ofélia, da Zona Sul

tiver que falar, nós falamos. E ficamos conhecendo melhor quem são as autoridades. São mesmo gente distante do povo. Nossos maridos estão dando mais valor para nós. E estão participando do movimento. Ajudaram a colher assinaturas e estão dispostos a continuar a luta contra a carestia».

A organização do MCV teve portanto, em sua base, a intensa participação das mulheres. Esta participação fica clara e evidente se lembramos que, nos abaixo-assinados de 1976 e 1977, encaminhados às autoridades pelos Clubes de Mães, estava presente a reivindicação de creches nos bairros, juntamente com o congelamento dos preços e aumento salarial. A partir do segundo semestre de 1977, o MCV acompanhando o movimento geral de reorganização dos setores populares, também se ampliou. Deixou de ser localizado nos bairros para atingir todos os setores de oposição ao regime, como as oposições sindicais, o movimento estudantil, etc. Hoje, segundo o número de agosto/78 do Jornal do MCV, «o movimento não está isolado de todas as outras lu-



Um desonesto?...

tas do povo brasileiro... Por isso, apoiamos as greves dos operários, bancários, médicos, jornalistas, funcionários públicos, professores e todos os que lutam por melhores condições de trabalho e de vida. Apoiamos igualmente a luta por liberdades sindicais e pelo direito de greve».

Candidatos populares

A continuidade do MCV é a grande preocupação. Os próximos passos a serem dados pelo Movimento são apoiar os candidatos populares e participar das campanhas salariais. «Para isso as mulheres vão trabalhar conjuntamente com os maridos para conseguirem aumentos salariais mais altos que os índices do governo. Nos bairros, vamos divulgar a campanha salarial, incentivar a participação dos trabalhadores e até mesmo, se for preciso, as mulheres, donas de casa, irão até os Sindicatos lutarem com seus maridos pelo aumento salarial», diz Ana, um dos elementos da coordenação do MCV.

Para garantir uma participação popular mais ampla, deverão ser fortalecidas as organizações dos moradores dos bairros, através de comitês contra a carestia que formarão coordenadorias regionais (Zona Sul, Zona Leste, Oeste e ABC).

Outras propostas de trabalho seriam realizar um encontro a nível estadual, e posteriormente nacional, para trocar experiências e unificar a luta. Pensa-se também em preparar uma vigília no fim do ano. Há ainda mais sugestões sendo discutidas nas bases do MCV.

CARESTIA

Miriam Schiel é professora de Psicologia do Centro de Ensino Superior La Salle, em São Carlos, e foi eleita vereadora pelo MDB em 1976, com 676 votos, além de ser fundadora e presidente do Movimento Feminino pela Anistia, núcleo de São Carlos.

Essa cidade do Interior de São Paulo tem 100 mil habitantes e 60 mil eleitores, duas universidades públicas e diversas particulares e um parque industrial - o que explica a população predominantemente operária. O prefeito é da Arena e a Câmara Municipal tem nove vereadores arenistas e seis do MDB. Nesse quadro, Miriam Schiel tem desempenhado um mandato combativo, em defesa das causas populares, e agora está liderando a campanha pela eleição de candidatos populares do MDB em São Carlos.

BM - Como você vê a atuação parlamentar da mulher?

Miriam Schiel - Não vejo diferença essencial entre a atuação política de uma mulher ou a de um homem, pois os problemas sociais e políticos, que são o dia a dia da vida parlamentar, são os mesmos para todos. Mas, agora as diferenças de procedência, nível sócio-econômico e até aspecto físico, a mulher no Parlamento ainda tem mais esta: a de ser mulher.

BM - Como você concilia sua vida política com a vida doméstica, de mãe e esposa?

MS - Numa Câmara de Vereadores como a nossa, de Interior, com uma sessão semanal, o vereador trabalha quanto quer ou pode, de modo que os problemas que tenho são os mesmos problemas de outras mulheres que trabalham. O trabalho extra-parlamentar, que é o da visitação aos bairros, de atendimento à população, de luta junta à população etc, é um trabalho em tempo integral, porém sem horários definidos. Apenas em épocas como essa, de campanha eleitoral, quando passo muitas noites e fins de semana fora de casa, começam a aparecer problemas com minhas filhas pequenas.

BM - O que te levou, enquanto mulher, a se candidatar, na medida em que política, por "tradição", não é trabalho para mulher?

MS - A mulher que não concorda com esses pontos de vista tradicionais pode e deve demonstrar isto justamente participando ativamente da vida política. Deve mostrar através de sua atuação que esta tradição não tem fundamento. Da mesma forma a mulher pode e deve atuar em qualquer área, demonstrando que os problemas da sociedade não são privilégio dos homens.

BM - Como você defende as reivindicações da mulher, no seu trabalho parlamentar?

MS - Da mesma forma que defendo qualquer outra reivindicação social: procurando sempre ver e defender o ponto de vista que mais beneficie a coletividade dos cidadãos. Recentemente a nossa Câmara aprovou um projeto de lei de minha autoria, favorecendo as crianças de famílias de baixa renda para o ingresso nas escolas-parques municipais. Acredito que os demais vereadores aprovaram esta lei não porque beneficiasse mais as mães, ou porque sua autora era uma mulher, mas simplesmente porque consideraram a medida justa.

BM - Sendo que a maioria da Câmara é composta por homens, qual o tratamento dos vereadores para com você? Há discriminação pelo fato de você ser mulher? E este fato faz você se sentir como peixe fora d'água?

MS - O tratamento é sempre por "Vossa Excelência". Fora disso, a vida parlamentar é dura, com insultos, ameaças, pressões e baixezas de todos os tipos. No calor dos debates e da luta, qualquer cavalheirismo desaparece, mas, por outro lado, os homens se escandalizam quando a mulher retribui na mesma moeda. Por exemplo: recentemente afirmei que em nosso país o Poder Legislativo é um poder castrado, e um vereador da Arena se escandalizou, pois achava que "castrado é um nome feio", que não ficava bem na boca de uma senhora e mãe de família...

As vezes, quando o adversário não tem mais argumentação, ele apela e diz: por que não cuida da cozinha, de seu marido e de seus filhos? Por que não deixa a política para os homens? Lugar de mulher é em casa etc... Me sinto muitas vezes como peixe fora d'água, mas não por ser mulher e sim por defender uma linha política mais coerente e autêntica numa cidade de Interior; onde tradicionalmente a política é feita através de conchavos e jogadas. Quase sempre, quando os anais de nossa Câmara registram a votação "14 contra 1", esse "1" é voto meu.



Miriam Schiel, a vereadora

Juca Martins, Nair Benedito

A bancada de meu partido, às vezes, se retira do plenário no meio de um debate que estou levando, para escárnio da Arena. Pode ser que atrás desta tática de isolamento haja um certo machismo, de quem acha que uma mulher pode ser mais facilmente dobrada dessa maneira. Entretanto, os que agem assim esquecem que, se sou peixe fora d'água junto a certo tipo de "políticos", sou peixe muito dentro d'água junto ao povo da minha cidade.

BM - Fale de sua campanha eleitoral.

MS - Para quem apenas conhecia a universidade e algumas pessoas dispersas, como era o meu caso, uma campanha política é uma revelação. Eu conhecia o "povo" apenas através de pesquisas de campo, que fazia como estudante. Pude notar logo que o cidadão médio só fornece o mínimo necessário de informações para quem chega a ele se dizendo motivado pela curiosidade científica. Se você, entretanto, chega e diz que é candidato a cargo eletivo e pretende lutar junto com ele pela resolução dos problemas que o afligem, este mesmo cidadão irá lhe contar suas amarguras, irá lhe transmitir sua visão das coisas deste mundo, pois ele sabe que apenas um aliado que o conheça bem poderá ser um aliado verdadeiro.

E com isto você se transforma e se torna portadora das visões, angústias e problemas populares. Pois saber que em nosso País há 25 milhões de menores carentes é um dado objetivo e um número frio; mas se você sabe que essas moças nem estão incluídas na estatística que mencionei, então você terá uma imagem engravada em sua consciência que nunca mais a abandonará, e isto lhe irá justificar, daí por diante, todas as amarguras e dissabores da luta política.

BM - Como você vê as eleições deste ano?

MS - Acredito que destas eleições surgirá um novo divisor de águas, entre os candidatos realmente autênticos e populares e os fisiológicos, que usam a sigla do MDB apenas para promoção pessoal. A candidatura de Fernando Henrique Cardoso para o Senado é expressão desta consciência nova que surge, assim como a de candidatos populares a deputado estadual e federal, cuja mensagem claramente pelo fim do regime militar e por um governo voltado para os problemas populares está tendo grande receptividade na massa popular. A grande dificuldade é a de transmitir esta mensagem, devido às restrições da Lei Falcão.

BM - Em que tipo de candidatos votar?

MS - Como já disse, estamos empenhados na eleição de candidatos populares do MDB. Aqui em São Carlos, além de Fernando Henrique, estamos apoiando Ailton Soares, para deputado federal, e Marco Aurélio Ribeiro, para deputado estadual. Mas nos consideramos aliados de quaisquer políticos de linha autêntica dentro do MDB, para formar uma Frente Popular Eleitoral no Estado de São Paulo e em todo o País - única saída para uma atuação coerente e de força de todos aqueles empenhados na luta contra o regime.

A luta por liberdades vem ganhando, a cada momento, um novo colorido: é a crescente participação do povo; são os trabalhadores que exigem aumentos salariais e sindicatos livres; são os movimentos pela anistia, que se estendem a vários Estados; são as mulheres que lutam contra a carestia.

O governo tenta impedir o avanço das lutas populares. Procura por todos os meios continuar sua política repressiva e antipopular. Mas o povo reage a tais atitudes. Ele quer democracia e é já! Basta de proibições, injustiças e exploração! O povo quer ter liberdade de escolher seus representantes e de falar abertamente sobre os problemas que o País enfrenta.

É nesse clima político que surgem os candidatos indicados pelo povo às eleições de 15 de novembro. São pessoas que sempre, mesmo nos momentos mais difíceis, estiveram junto com o povo, participando de sua luta nos bairros, nas fábricas, nas escolas. São os candidatos populares. Alguns deles são mulheres que vêm fortalecer a luta pela emancipação feminina. Dessa forma, procuram conquistar o direito político que têm as mulheres de desempenhar um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa.

Sem contar com os grandes meios de comunicação, o rádio e a TV, nem recursos financeiros para fazer cartazes, faixas e demais materiais de propaganda, organizam mutirões e grupos de pessoas percorrem portas de fábricas, feiras e ruas dos bairros para divulgar os programas de luta dos candidatos. É grande o número de mulheres que participa desses mutirões.

Por que elas participam das eleições e o que esperam dos seus candidatos, quando eleitos? Nestas páginas, quatro mulheres respondem esta pergunta e uma vereadora fala da atuação parlamentar da mulher. Na página seguinte, um breve histórico da participação política da mulher no Brasil.



Maria: as eleições deram vida ao bairro

Cícera, Maria, Cida e Neusa são quatro mulheres engajadas na campanha eleitoral, que estão trabalhando nos comitês dos candidatos populares do MDB em seus bairros. Seus depoimentos:

Cícera, de Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo:

"Eu estou participando pela primeira vez numa campanha eleitoral e sinto não ter percebido antes o quanto é importante a gente se envolver com a política. De maneira geral, a participação do povo está sendo muito grande e todo esse processo de discussão me fez ver os problemas que a gente está vivendo de uma forma mais clara. Aqui no bairro, a nossa luta prioritária é por uma escola, mas hoje eu entendo que a luta por educação é a mesma luta por creches, loteamento clandestino, água, esgoto etc. A luta do povo é uma só. Acho que a mulher tem muitos problemas de falta de tempo por causa do lar, problemas com o marido e também com os pais, quando é solteira, e tudo isso impede uma maior participação na política. Mas não é impossível. Quando ela compreender que política não é coisa só pra homem, ela vai participar, passando por cima dos seus problemas de mulher. Quero lembrar que a minha participação na campanha de Marco Aurélio Ribeiro (deputado estadual) e Ailton Soares (deputado federal) me deu maior clareza do que é a sociedade em que vivemos e me motivou a lutar com mais força e a alertar meus companheiros de escola sobre a importância de nossa participação política".

Cida, da Zona Sul de São Paulo:

"Só este ano que eu estou realmente participando de uma eleição para deputados e senador de verdade, onde conheço o programa e as idéias dos candidatos que na realidade representam os mesmos anseios do povo explorado. Sei perfeitamente que quem vai mudar este País para melhor não serão os deputados. Mas, uma vez eleitos, Marco Aurélio Ribeiro (deputado estadual) e Ailton Soares (deputado federal) vão denunciar as injustiças que existem e defender as idéias do povo e combater outros deputados que pensam diferente. O deputado, portanto, será o canal que levará a seu partido aquilo que o povo está querendo".

Maria, do Jardim Brasília, Zona Norte de São Paulo:

"As eleições deram vida à nossa organização de bairro, pois estamos tendo oportunidade de sair de dentro dela e falar ao povo de todo o bairro. As pessoas aqui precisam aprender mais, para participar mais. Tinha pessoas que não queriam contato nenhum comigo e que agora, depois de me escutarem nos comícios, me procuram para saber como devem agir nos sindicatos, na fábrica, e como podem colaborar na nossa luta aqui no bairro. O trabalho nas eleições está fortalecendo a nossa luta. Eu falo isso porque o povo do Jardim Brasília já se uniu para reivindicar um grupo escolar para nossas crianças e, nesse momento, ninguém discutiu quem era o culpado por vivermos nessa miséria. Hoje temos a oportunidade de falar abertamente ao povo que a culpa da nossa miséria é desse governo repressivo que nos sufoca. Aqui no Jardim Brasília apoiamos Marco Aurélio Ribeiro (deputado estadual) e Ailton Soares (deputado federal) porque são pessoas que estão ajudando nossa luta."

Neusa, dona de casa da Zona Leste de São Paulo:

"Participo das eleições porque é a primeira vez que tem candidatos que vivem os mesmos problemas da gente. Aurélio Perez (deputado federal) e Irma Passoni (deputada estadual) são operário e dona de casa. É gente conhecida de muito tempo. Não é porque estamos nas eleições que eles vêm defender nossa luta. Eles já participam há muito tempo dos movimentos operários e dos clubes de mães e do Movimento do Custo de Vida. Chegou a vez do povo aprender a fazer política e ainda mais nós, as mulheres, que temos muito mais dificuldade de participar. Não podemos perder essa chance de lutar. Espero que eles possam dar continuidade a todos os movimentos do povo por melhores condições de vida. Que essa luta não pare com as eleições. Não basta eleger mais um deputado. O que importa é lutar até conseguir nossos direitos".



Lacerte

charmosa... e discriminada

Quem diz que a mulher brasileira, apesar de seu "charme, graça e veneno", sofre todos os tipos de discriminação, está com toda a razão. Mas olhando para o passado veremos que a situação já foi pior. Houve tempo no Brasil, em que nem mesmo o direito de voto era assegurado à mulher. E a ação das próprias mulheres foi decisiva para a sua conquista.

Os primeiros passos na abertura de uma luta sistemática por este direito foram dados pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: em 1922, conferências e debates sobre o tema começaram a ser promovidos com o objetivo de mobilizar a opinião pública. Ao mesmo tempo, algumas mulheres entraram na Justiça solicitando que seu direito de voto fosse assegurado, pois era "garantido pela Constituição". A Constituição, em seu artigo 70, dizia o seguinte: "são eleitores os cidadãos com mais de 21 anos" e "não podem alistar-se como eleitores os mendigos e os analfabetos." Com isso - diziam as sufragistas - a proibição ao alistamento eleitoral das mulheres é uma medida inconstitucional.

No mesmo ano de 1922, ao recusar um desses pedidos de alistamento eleitoral, um juiz de São Paulo lavrou uma sentença bem demonstrativa da mentalidade conservadora que relega a mulher à categoria de ser inferior ao homem: "Não se reconhece ainda no Brasil a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impõe na ordem civil têm um reflexo na ordem política... (a mulher) é uma criatura destinada a dividir harmônicamente com o homem a responsabilidade da vida em comum, ela na tranquilidade do lar cuidando da ordem doméstica, ele no trabalho cotidiano... Pode ser que futuramente assista a humanidade à confusão dos papéis. Mas por enquanto cumpre conservar o que até aqui se tem conservado no tocante à capacidade feminina..."

Todos os pedidos foram negados mais ou menos nos mesmos termos. Mas a mobilização prosseguiu, e cinco anos depois, em 1927, a primeira vitória seria alcançada. A Câmara Legislativa do Rio Grande do Norte aprovaria uma lei assegurando às mulheres o direito de votarem e serem votadas naquele Estado. E em abril de 1928 as mulheres iriam às urnas pela primeira vez no Brasil. No entanto, a grande pressão dos setores conservadores da sociedade contra o voto feminino, a situação de submissão vivida pelas mulheres e o pouco interesse que estas eleições despertavam (eleições para uma vaga no Senado e com candidato único) impediu que um grande número de mulheres se alistasse para votar. Isto deu margem para que a Comissão de Poderes do Senado Federal investisse contra o direito recém-conquistado e declarasse nulos todos os votos femininos (na época o voto não era secreto).

Contra esta medida arbitrária a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino reagiu imediatamente com um manifesto à nação: "As mulheres, assim como os homens, nascem livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes... Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a coagir a mulher, a limitar sua instrução, a entrar o desenvolvimento de suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia foram baseados em teorias falsas, produzindo na vida moderna intenso desequilíbrio social..."

O Manifesto concluía reafirmando o direito das mulheres de votarem e serem votadas.



A operária da De Millus na passeata da vitória, provando que a mulher pode e deve participar politicamente

A vitória final

A medida da Comissão de Poderes do Senado, no entanto, ficou de pé, negando às mulheres o exercício do direito de voto no plano federal. Tendo seu direito de voto valendo apenas para as eleições locais no Estado do

Rio Grande do Norte, elas souberam, no entanto, aproveitar esta brecha. Ali, o alistamento eleitoral foi crescendo gradativamente e várias mulheres foram inclusive eleitas para os legislativos municipais.

A intensa campanha em prol das reformas eleitorais que eliminassem as distinções de sexo, acabaria por ser integrada ao programa da Revolução de 1930. E o II Congresso Feminino, no Rio de Janeiro, em 1931, conclamou o governo provisório a colocá-las em prática sem maiores delongas. Finalmente em 24 de fevereiro de 1932 o novo Código Eleitoral, aprovado pelo decreto 21.076, incorporava as reivindicações das sufragistas. E a Constituição de 1934 consagraria definitivamente, em seu artigo 108, o voto feminino.

Doze anos haviam se passado, desde que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino iniciara uma luta sistemática pelo direito de voto para as mulheres. No entanto, ela não havia sido a única, nem a primeira a erguer esta bandeira. Outras associações de mulheres, especialmente de mulheres operárias, já haviam inscrito essa palavra de ordem em suas bandeiras, nas grandes lutas operárias do início do século. Mas essas associações perseguidas, desarticuladas pela repressão e enfraquecidas pelo descenso da luta da classe operária, que se verificou a partir de 1919, não tiveram condições de desenvolver uma ação mais sistemática no plano nacional. Isto trouxe grandes prejuízos para o desenvolvimento da luta pela emancipação da mulher, em nosso País. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que desempenhou um papel importante e muito positivo na luta pelo direito de voto não soube agir corretamente nos demais terrenos desta luta complexa e difícil. Faltava-lhe a compreensão de que a emancipação da mulher não pode ser

conquistada apenas através de leis que afirmem sua igualdade jurídica em relação aos homens. Isto porque, enquanto houver explorados e exploradores e a mentalidade de lucros dirigir a sociedade, os avanços em direção à conquista da plena igualdade entre os sexos serão sempre limitados. Pois não é a sede de lucro dos grandes empresários a responsável principal pelo aviltamento dos salários pagos à mão-de-obra feminina? Quem ganha com o fato da mulher receber salários mais baixos que os homens? Não será a estrutura social injusta, incapaz de criar trabalho para todos os braços, a principal responsável pelo aprisionamento da mulher entre as quatro paredes do lar?

A questões como estas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino não soube dar a resposta correta. Mas isto já é assunto para outra história.

Bibliografia: A mulher na sociedade de classes", de Helieith B. Safiotti

cuidado com ela!

Dilce Pires é a candidata a deputada federal nº 393, do MDB. Na propaganda eleitoral gratuita por rádio e televisão, ela está dizendo que é «defensora dos direitos da mulher através da Sociedade Brasil Mulher». ISTO É MENTIRA. DILCE PIRES NÃO PERTENCE NEM NUNCA PERTENCEU À SOCIEDADE BRASIL MULHER, NÃO É SEQUER CONHECIDA PELOS MEMBROS DA SOCIEDADE E NÃO TEM QUALQUER APOIO DO BM. A diretoria da Sociedade Brasil Mulher já reclamou junto ao coordenador do Comitê Central do MDB e, caso nada fosse providenciado, tomaria as medidas judiciais cabíveis.



Sebastião, filho de Severina, é pescador do Rio Goiana.

**O produto que a Paraíba mais exporta
é a mão-de-obra barata, que vem enriquecer
ainda mais as grandes indústrias
instaladas no sul do País.**

**O homem vem tentar a vida, primeiro sozinho,
sem a mulher. Ela fica esperando
que dê tudo de certo, mas enquanto isso
trabalha para não morrer de fome.**

**"Quando a mulher tem precisão,
ela faz o que o homem faz" diz Severina,
pescadora de Barreiras Grandes.**

**Aqui ela conta um pouco
de sua vida e da luta
que ora enfrentam os pescadores da região.**

Barreiras Grandes é uma vila de Caaporã, situada às margens do Rio Goiana, que separa os estados da Paraíba e Pernambuco. Só ali vivem mais de 100 famílias que têm a pesca como meio de sobrevivência. Calcula-se que mais de 5 mil pescadores vivem às margens desse rio no trecho que vai de Barreira Grande até a praia.

Atualmente, a pesca está sendo ameaçada devido à poluição do rio, causada por indústrias pernambucanas: são as usinas de açúcar e a fábrica de papel Ponsa, que lançam seus detritos venenosos na água, provocando a morte dos peixes.

Há dez anos atrás, a produção de peixes abastecia não só as 100 famílias da vila, como as cidades vizinhas: Caaporã, Goiana, Alhandra, e até mesmo as capitais, João Pessoa e Recife.

Com essa situação, muitos pescadores tentaram deixar a pesca e passaram a se dedicar à agricultura. Mas surge outro problema: os proprietários das usinas só admitem como empregados aqueles que se submetem a plantar e cortar cana. Outras culturas estão sendo destruídas para ceder lugar aos canaviais. «Os usineiros só querem mesmo a cana deles. A fábrica só quer fazer o papel dela. Desse jeito acabam com a terra e o rio. E o pobre, como é que fica?» — perguntam os pescadores.

Portanto, a luta travada por eles é contra a poluição e principalmente contra o desemprego. Unidos e organizados, contam com o apoio dos agricultores da região, que também estão constantemente ameaçados de expulsão das terras onde moram (ver BM nº 9).

A gente precisa de vencer essa batalha com a usina

«Eu nasci aqui mesmo. Nasci na pesca», conta Severina.

«Meu pai e minha mãe eram pescadores. Aprendi a pescar desde a meninice. Pescar era a profissão que todo mundo tinha. Com 5 anos, meus pais morreram. Minha mãe teve 17 filhos e sobrou somente eu mesmo. Ter ficado viva e me criado é a minha grande vitória que devo contar ao povo. Tenho 43 anos e tive meu primeiro filho com 12 anos. Sou mãe de 12 filhos e avó de 9 netos.

O pior tempo da pesca, nesses anos todos que pesco, é esse de agora. As usinas têm jogado muita calda, matando os peixes. Isso acontece é de uns seis anos para cá. Antes eu falava assim com os meus filhos, espera aí eu vou buscar uns camarões, no rio. Em pouco tempo, trazia bastante peixe no meu balaio. Po-

PESCADORES

dia vender e sobrava ainda pra eu e os meninos comer. Ia pescar, deixava o feijão no fogo, que os meninos mesmo iam cuidando. E eu trazia



Três dos doze filhos de Severina. A «filha mulher» carrega água e ajuda nos serviços de casa.

peixe pra comer, pra vender e prá dá a quem tivesse com fome.

Sempre tive disposição pra ir pescar, mas não é qualquer mulher que tem essa disposição. Ainda mais agora que é preciso passar o dia inteiro no rio para pescar aquele pouquinho de nada. Saio de madrugada e volto agora que já está escurecendo. Os filhos grandes já podem cuidar dos pequenos. Meu caçula tá com um ano e meio.

Eles disseram que não pode fechar a fábrica porque 400 pessoas iriam morrer de fome. E nós

os pescadores, que somos mais de 5 mil, podemos morrer de fome?

Tenho meus papéis de pescadeira tudo direitinho. O capitão não quer que a gente pesca sem ter os papéis. A gente tem que ir tirando tudo devagarinho, porque custa caro. Onde eu vou arrumar dinheiro pra tirar os papéis?

Tenho que pagar 10 contos todo mês para a Capitania. Pago também o sindicato. Uma canoa é alugada, 100 contos por semana.

Minhas filhas eu não deixo pescar, não, quero que elas estudem.

Eu não sei ler, nem escrever, porque vivi na pesca. Eu nunca deixei elas ir. Sabe que mãe é mãe mesmo. Os meus filhos homens, eu ensinei a pescar. Eu acho que pescar é serviço de homem. Homem pode viver na maré direito, agora, você compreende, mulher não pode todo tempo. Homem tem tempo. Eu com buxo até de 8 meses, pescava. Meu marido teve doente. E eu tinha que pescar pra comprar remédio pra ele.

Eu sou mulher igual às outras. Uso brinco, que mulher gosta mesmo de usar um brinco. Então sou mesmo uma mulher diferente. Pra mim não tem tempo não. Muitas mulheres aqui não vão pescar; não gostam de deixar a casa e os filhos. Eu tenho que deixar a casa e os filhos, que eu preciso de trabalhar. Só tenho receio de sair sozinha de madrugada, no escuro. Mas eu saio. Pescar é pesado. Carrego essa pitimbóia (peneira grande de arame, com mandioca amarrada, que é a isca do peixe). Tem mais de 8 quilos. Pra pescar, eu carrego sete pitimbóias. Tenho que fazer muita força. Mas graças a Deus, nunca prejudiquei minha saúde. Pesco a semana inteira, e sábado vou pra Goiana, vender meus peixes, que lá consigo preço melhor pra eles. Vou de canoa mesmo. O que levo é meu cachimbo, que é prá me distrair e espantar os mosquitos. Quando chego de maré, tomo uma pituba que é prá tirar a friagem do corpo.

Estamos lutando contra a poluição do rio. Deixar a pesca para ser cortadeira de cana, isso eu não faço de jeito nenhum. Prefiro ser piniqueira (empregada doméstica) que é um serviço ruim que só.»



Exigir esclarecimentos sobre nossos mortos é uma questão de

justiça, não vingança!

(Rosalina Santacruz, irmã do estudante Fernando Santacruz, preso e desaparecido em 1973).

Que quer dizer anistia? Anistia quer dizer esquecer, e não "perdoar". Mesmo porque, se fosse o caso de perdoar, no Brasil, quem teria que pedir perdão seria o governo e não os anistiados. Isso ficou muito claro no Congresso Nacional pela Anistia, realizado em São Paulo, nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro. O Congresso teve mais de 1.500 inscritos, que passaram todos esses dias reunidos, elaborando longas listas de mortos e desaparecidos, de exilados e presos políticos, e estudando maneiras de lutar e popularizar a luta pela anistia.

A abertura do Congresso foi na noite de uma quinta-feira e havia quase duas mil pessoas no TUCA. Muita gente discursou e ficou provado que os mais diferentes setores da sociedade brasileira querem e lutam pela anistia: Igreja, advogados, jornalistas, estudantes, operários, políticos e até militares... Porque todos e cada um desses setores tiveram seus mortos e seus desaparecidos nas dependências dos órgãos de repressão do regime.

"Não há cidadãos neste País", dizia, na cerimônia de abertura, o presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães. "Nós somos proscritos politicamente porque não podemos votar. Somos estrangeiros em nossa própria terra. Precisamos limpar esta Nação da sujeira do arbítrio e a vassoura é a anistia, junto com a convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte".

Veja o que os outros disseram:

Ex-deputado Lysâneas Maciel, cassado pelo AI-5 em 1976: "A lista de mortos e desaparecidos que lemos aqui é incompleta. Este País foi transformado numa grande prisão. Agora fizeram reformas cosméticas na Lei de Segurança Nacional, reduzindo de dez para oito dias o prazo de incomunicabilidade dos presos políticos - quando se pode torturar em apenas dois dias, quando se pode matar em apenas algumas horas, como fizeram com o operário Manuel Fiel Filho e com o

As principais resoluções do Congresso Nacional pela Anistia:

- 1) Promover uma campanha nacional para esclarecer a situação dos mortos e desaparecidos (até o final de 1975, desapareceram 350 pessoas nos órgãos de repressão, e o Congresso descobriu mais 39 mortos e desaparecidos, ressaltando que a lista é incompleta);
- 2) Publicar um dossiê com todas as denúncias trazidas ao Congresso;
- 3) Rejeitar a Lei de Segurança Nacional e qualquer reforma nela;
- 4) Realizar Jornadas Nacionais pela Anistia; concluí-las com uma Semana Nacional pela Anistia que tenha o dia 18 de abril como Dia Nacional de Luta pela Anistia.
- 5) Incentivar e criar condições para implantação de núcleos setoriais e populares pela anistia;
- 6) Denunciar coletivamente todas as violências e perseguições e se solidarizar com os atingidos;
- 7) Homenagear os mortos pela repressão;
- 8) Criar um organismo nacional, que coordene os movimentos pela anistia;
- 9) Elaborar um jornal nacional pela anistia;
- 10) Dar assistência a todos os presos políticos e seus familiares.

jornalista Vladimir Herzog. É impossível que o general Geisel não saiba que tinha à frente da Secretaria de Segurança de São Paulo um caso patológico, o coronel Erasmo Dias, hoje candidato a deputado federal; impossível que não sabia da existência de um torturador e assassino no comando da polícia paulista, que é o delegado Sérgio Fleury".

(Lysâneas também contou a história de um pastor protestante que, quando se viu preso num campo de concentração nazista, reclamava: "Eles vieram buscar os comunistas e eu não disse nada, porque não era comunista. Eles prenderam os operários sindicalizados, e eu não disse nada, porque não era operário sindicalizado. Prenderam os judeus e eu me calei, porque era protestante. Então vieram buscar os protestantes, e não restou ninguém para falar".)

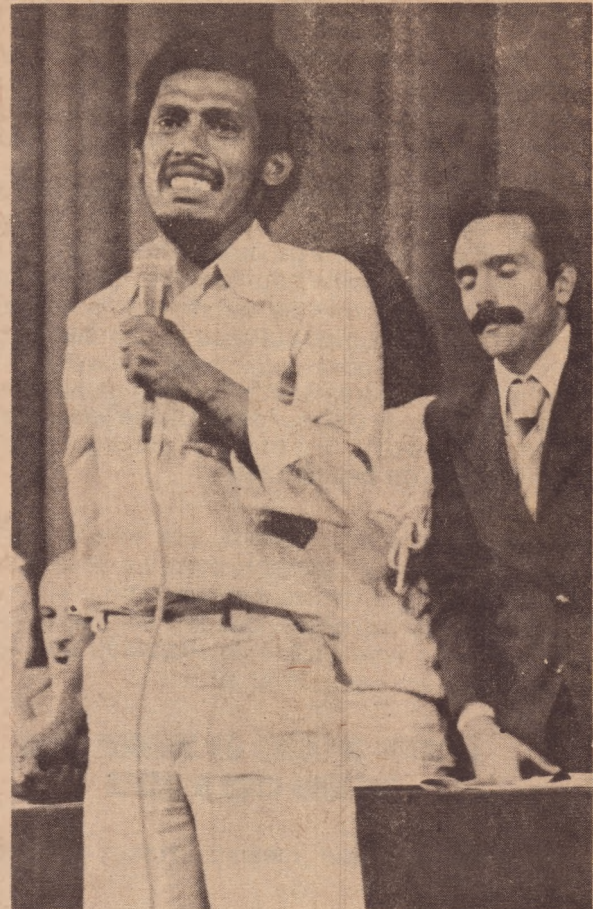
Advogado José Carlos Dias, presidente da Comissão de Justiça e Paz: "Precisamos combater o novo projeto da Lei de Segurança Nacional, pelo cinismo e pela violência que representa aos nossos anseios democráticos e porque objetiva esvaziar a bandeira da anistia, que é o único caminho válido para fazer justiça aos condenados. Essa nova Lei de Segurança considera até menores de 16 anos como autores de crimes contra a segurança nacional. E, se for aprovada pelo Congresso Nacional, o governo vai poder dizer que o povo adotou a doutrina da segurança nacional, através de seus representantes, e isso nós não podemos permitir. Aceitar esse projeto é lutar contra a anistia!"

(José Carlos Dias também leu uma mensagem de solidariedade do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, pedindo "ampla e irrestrita anistia em favor dos que, por motivos ideológicos, foram expatriados, presos, banidos, exilados".)

Advogado Eduardo Seabra Fagundes, da Ordem dos Advogados do Brasil: "Nunca na história do Brasil houve um momento em que

a anistia fosse tão necessária como hoje, razão pela qual não se compreende porque ela ainda não foi concedida".

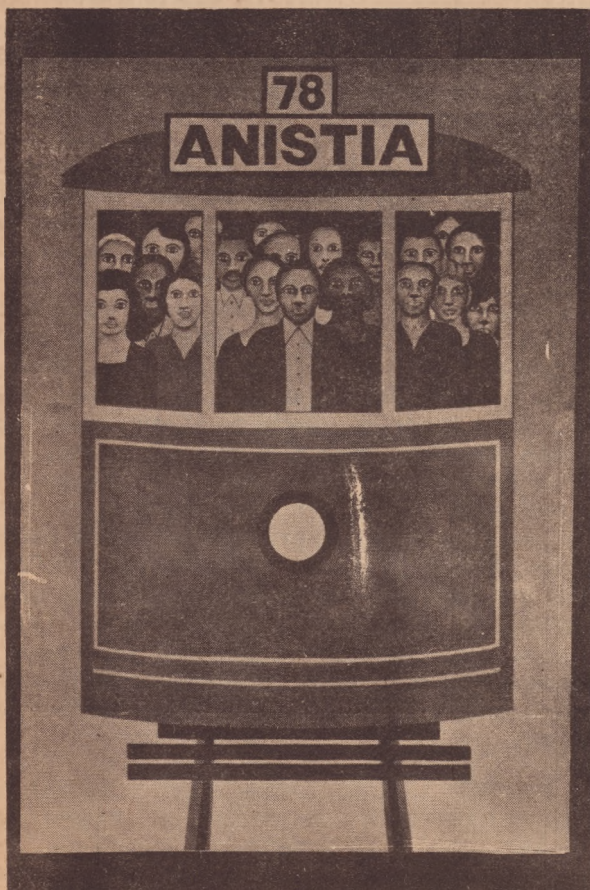
Jornalista Alípio Viana Freire, da Associação Brasileira de Imprensa: "Quem vai ser beneficiado pela anistia são aqueles que, há 14 anos, tiveram a clareza terrível de que este regime só poderia conduzir ao que conduziu: ao caos econômico, a assombrosa dívida externa, à super-exploração dos trabalhadores. Essas vozes tinham que ser tiradas do caminho, tinham que ser silenciadas. E isso foi feito através de cassações, banimentos, marginalização sob as mais variadas formas e até mesmo morte, esta nunca aplicada oficialmente, mas por meio de instrumentos paralelos e extra-oficiais. Por isso, a anistia que se pede não é anistia para os que quiseram impedir aqueles que lutaram para que o Brasil não chegasse ao que chegou; a anistia só será possível se for desmontado o aparelho repressivo, que inclui a legislação excepcional, torturas, coação e repressão branca; só será possível com a plena liberdade de imprensa - independente dos interesses das empresas - e com o direito de greve. A anistia é para os que estão deste lado. Não para os outros".



Ubiracy, chorando por Fiel

Operário Ubiracy Dantas de Oliveira, do Comando Geral da Greve dos metalúrgicos em São Paulo: "Há 14 anos, quando os filhos do povo foram presos e exilados, a classe operária não se calou. Outros filhos nasceram e continuam a lutar. Hoje, são mais de 500 mil operários em greve e não estão pedindo só 70% de aumento: também querem liberdade para os companheiros presos. O que fizeram com Manuel Fiel Filho vai ser cobrado! O que fizeram com Vladimir Herzog vai ser cobrado! Enquanto uns estão presos, o povo cria outros filhos, que irão à rua gritar: ANISTIA!"

Um estudante, representando a Comissão Pró-UNE: "O que eles não conseguiram foi acabar com o povo, porque o povo não morre,



O cartaz do Congresso

o povo unido sempre levanta sua voz. E não há conciliação possível. Como conciliar com os que mataram nossos companheiros? Que o general Figueiredo não estenda suas mãos ainda tintas de sangue para buscar conciliação! Entre a ditadura e o povo há um abismo muito grande, um abismo que aumenta com as águas caudalosas do movimento popular”.

Maria Augusta Capistrano, esposa do ex-deputado David Capistrano da Costa, preso e desaparecido: “Em 1964 vi destruídas as esperanças do povo brasileiro, vi desfeito meu lar e destróçada minha família, vi meu marido cassado e perseguido por ter dedicado a vida inteira à luta e defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Mas, quando fui presa num órgão de repressão, estava certa de que, se saísse viva dali, o povo brasileiro iria me dar esta oportunidade de me defrontar com a consciência da Nação, consciência que se calou e se fez de morta, para depois levantar mais redi-viva do que nunca! Que para cada um dos combatentes mortos surjam dezenas, centenas e milhares de outros combatentes!”

Também havia muitos estrangeiros na abertura, representando entidades de direitos

humanos e comitês de solidariedade com a luta do povo brasileiro. Todos eles discursaram, mas o discurso que mais emocionou a plateia foi a de um senador italiano, socialista independente, presidente do Tribunal Russell e do Comitê Italiano pela Anistia no Brasil.

Senador Lélío Basso: “Não é só por solidariedade que estou aqui. Sua batalha é também a nossa, somos todos combatentes da mesma batalha. Quando levantamos na Itália a bandeira da anistia no Brasil, não é por generosidade. Quando fazemos isto, estamos defendendo o nosso próprio futuro, porque quando cai em um país a base da democracia, correm perigo todos os outros. Seus mortos, torturados e exilados são também nossos mártires. E a anistia será apenas a primeira etapa da vitória que a coragem, a tenacidade e o sacrifício dos brasileiros preparam dia a dia. O entusiasmo de seus militantes transformou minha esperança em certeza de vitória, e a *História nos ensina que, quando as mulheres, liberadas de sua secular inferioridade, estão ao lado de seus companheiros homens, a vitória é mesmo uma certeza*”.



Augusta: milhares de combatentes

Mulheres metalúrgicas da oposição sindical em São Paulo falam da importância da participação da mulher nas atividades do Sindicato. Para elas, o sindicato é a “casa do povo operário” e não pode ficar “na mão de pelego”

a luta na oposição

A participação da mulher na vida sindical vem crescendo apesar do tabu de que mulher não atua nem participa das lutas políticas. A mulher já enxerga esse tabu e começa a rompê-lo, percebendo que é com a luta ao lado de seu companheiro que todos conseguirão uma sociedade mais justa.

Apesar de, por lei, ser proibida qualquer diferenciação por sexo ou cor, a maioria das mulheres ganha um salário menor que o do homem, mesmo quando realiza um trabalho igual - o que também serve para dividir a classe trabalhadora.

Além disso, o trabalho da mulher é sempre visto como “complementar” ao do homem e nunca reconhecido como um direito seu. A imagem de esposa, mãe, dona de casa, é incorporada de tal forma pela mulher, que ela mesma vê em seu trabalho apenas uma complementação ao salário do homem, o que acaba servindo para justificar seu salário mais baixo e a discriminação que sofre, pelo fato de ser mulher.

Por isso ela é a chamada massa de mão-de-obra disponível. Em outros países, a mulher passa a integrar o mercado de trabalho em momentos de crise, quando existe escassez de mão-de-obra masculina, quando há exigência de aumento salarial. No Brasil, além dessas razões, ela também passa a trabalhar porque o salário do homem está tão baixo que já não dá para sustentar a família.

A oposição sindical mostra algumas saídas

Nesses casos, a mulher substitui o homem em nome da “igualdade”, da mesma forma que, passadas as crises, ela é de novo chamada para cumprir o seu papel de mãe e de dona de casa. O que é importante compreender, dentro disso tudo, é que a condição da mulher trabalhadora faz parte do conjunto da situação a que todos os trabalhadores estão submetidos.

Algumas mulheres metalúrgicas que estão participando da Oposição Sindical em São Paulo, falam sobre a necessidade de participar da vida sindical. Sua conversa com o **BM:**

BM - Por que atuar na Oposição Sindical?

— “A participação da gente na Oposição Sindical é resultado de o Sindicato não ser combativo, nem oferecer alternativas pra classe operária. Dentro da Oposição Sindical eu acredito que existam algumas saídas para transformar o Sindicato num entidade verdadeiramente comprometida com os interesses dos trabalhadores. Do meu ponto de vista, esse é o principal motivo para as mulheres mais conscientes da classe operária estarem engrossando hoje as fileiras da Oposição, na luta contra a estrutura pelega da diretoria do Sindicato”.

Será que lutar é uma tarefa só do homem?

— “Eu vejo que, na medida em que o Sindicato não corresponde ao que a classe operária exige, a gente fica em oposição a esse Sindicato. Mas eu acho que o Sindicato é a casa do povo operário, e se ele não corresponde a isso, a gente luta na Oposição pra conquistá-lo”.

BM - Como participa a mulher no Sindicato?

— “Eu vejo que a participação da mulher no Sindicato ainda é pouca, porque nem todas as mulheres estão preparadas para esse tipo de coisas. Uma dificuldade que existe para atingir as mulheres é por conta da educação que elas têm, sempre dependendo do homem. Para algumas mulheres, exigir e lutar é tarefa de homem”.

— “A participação das mulheres é pouca. No entanto, é preciso mostrar às mulheres que elas têm que contribuir na luta da mesma forma que os homens, assim como fazem nas despesas da casa”.

BM - Como o homem vê a participação da mulher?

— “A gente vê que hoje a mulher sente uma dificuldade imensa até mesmo com os companheiros de fábrica. Eu mesma já discuti com um dos companheiros sobre problemas do Sindicato e levei uma patada. Ainda não existe uma consciência dos dois de que a mulher deve participar. Mas não é culpados companheiros, a questão é que eles também são reprimi-

dos por essa sociedade, que educa o homem para querer a mulher dentro de casa.”

— “A mulher é uma força importantíssima dentro da sociedade. Sem a mulher, a gente não vai conseguir transformar o Sindicato e nem o homem vai conseguir sozinho, sem contar com a mulher. Mas nem todo homem compreende a importância da participação da mulher”.

— “E são as mulheres que fazem o milagre de dobrar os salários em casa, até 10 vezes mais do que realmente ganham, tendo que se virar com o que ganham e o pouco dos maridos para conseguir sustentar as famílias”.

BM - Quais as principais reivindicações das mulheres nas fábricas em que vocês trabalham?

— “A gente vê hoje que a mulher da classe operária tem problemas próprios que não são sentidos por toda a classe. Temos problemas como falta de creches para deixar os filhos pequenos, falta de refeitórios nas fábricas, mulheres que trabalham mais e são menos valorizadas do que os homens e por isso ganham menos, enfim, um monte de coisas...”

Afinal, a mulher tem problemas específicos

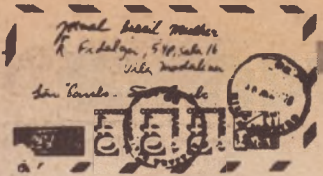
— “As mulheres têm muitos problemas, pois a gente tendo que trabalhar na fábrica ainda tem que assumir um mundo de tarefas em casa. Outro problema são os salários que a gente ganha, muito mais baixos do que os dos homens, e não é porque não sejamos especializadas, mas é mesmo pela própria condição de ser mulher. porque mesmo as companheiras especializadas ganham menos do que os homens. E tem mais: lá na fábrica a gente só tem cinco minutos para ir ao banheiro, e as meninas são muito controladas pelos chefes, sempre recebem cantadas. Além disso, nunca tem uma profissão, ofício mesmo; vejo na fábrica onde eu trabalho que as mulheres trabalham muito mais, estão direto na linha de produção e ganham menos. É preciso que exista mais cursos profissionalizantes para a mulher”.

Dá-lhe povo!



DEPOIMENTO

brasil
correio



Depoimento de Rejane Maria Siqueira Calvanti, estudante de Letras da Universidade Federal de Pernambuco e mulher de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, preso político detido a 16 de julho de 1970, cumprindo pena de 44 anos na Penitenciária Professor Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, Pernambuco. Antes de ser preso, Assis era estudante de Direito da UFP; hoje, tem 31 anos.

«Quando Assis foi preso, eu sabia muito pouco a seu respeito, apesar de sermos primos. Mas a nossa convivência foi mínima até o momento em que passei a visitá-lo no presídio e a conhecê-lo mais profundamente. Quando Assis foi preso, eu tinha apenas 14 anos e a distância que havia entre minha vida e a dele era bastante grande. Lembro-me com certa dificuldade de ter presenciado, algumas vezes, movimentos de quase total desespero dos meus tios, pais de Assis. Um desses momentos foi quando ele foi tirado da Casa de Detenção e levado para ser torturado nas dependências da Aeronáutica.

Hoje penso e vejo como naquela época as coisas que diziam respeito a Assis e à política em geral tinham pouca importância para mim. Também não é de se admirar que uma pessoa que praticamente se formou, em todos os aspectos, depois do golpe de 1964 vivesse totalmente alheia à situação real do País.

No início de 1967 passei a visitar Assis em Itamaracá. Da primeira visita foi nascendo uma grande amizade entre a gente. Ficava admirada de como uma pessoa presa há seis anos, e com duas condenações que, somadas, dão 44 anos, podia expressar em sua fisionomia uma tão grande serenidade. Seus papos me deixavam boquiaberta. Passei a encontrar no Assis toda uma imensa segurança, para quem estava começando a despertar para as coisas, como eu. Sentia nele uma pessoa de

personalidade forte e de um espírito humano bastante elevado.

Todos os seus sofrimentos não haviam abalado sua dignidade humana nem sua vontade de continuar lutando. Assis sabia exatamente porque estava ali, tinha plena consciência do seu papel e sabia que, por isso, tinha que se manter de pé, prá sobreviver. A tranquilidade que eu encontrava nas visitas de sábado era enorme. Não queria mais deixar de ver «os meninos», como nós os chamávamos.

Pouco tempo depois a gente começou a namorar e depois nos casamos. (...) Nesses dois anos de convivência cheia de amor, compreensão e solidariedade temos passado por momentos difíceis, como os das duas últimas greves de fome. Mas, apesar de tudo, sinto nos «meninos» uma vontade incrível de sobreviver ao massacre da prisão, uma vontade enorme de se fazerem presentes na sociedade e mostram que estão vivos e que têm muito ainda a dar em favor das lutas do povo brasileiro.

A situação do presídio de Itamaracá é muito precária e o pouco que os presos políticos têm conseguido é fruto de uma constante luta contra aqueles que querem destruir sua dignidade de homens. A repressão em Itamaracá vai desde atitudes de pura mesquinha (...) até as mais ferrenhas e brutais ações (...).

Com relação às famílias, até há uns dois anos e meio atrás, era muito difícil uma resistência mais organizada, devido à própria situação política do País. As perseguições aos familiares eram constantes. (...) Hoje, porém, já conseguimos nos fazer presentes na solidariedade aos nossos familiares com bem mais força (...).

Agora, o que nos incomoda bastante e a todos aqueles que vão aos sábados visitar os presos políticos, é a revista feita no início e no fim da visita. A nossa entrada

no presídio é para se dar às 8 horas e a saída às 4 da tarde. Mas, pela manhã, nos são roubadas uma, duas ou mais horas junto aos nossos familiares, pois a primeira pessoa revistada só consegue entrar de 8 e 30 para 9 horas, e a última geralmente entra às 10 ou 10 e 30, quando não às 11 horas.

O preso político só sai para o parlatório (local do encontro com os visitantes) se alguém der seu nome para visitá-lo, e vão chegando ao parlatório de um em um, à medida que suas visitas vão entrando. Todo esse ritual, para quem espera durante toda uma semana para ver seus entes queridos e mesmo amigos, é de uma tremenda brutalidade, pois nos deixa, como também e principalmente nossos parentes, num estado de tensão insuportável.

(...) Toda essa situação abala qualquer criatura humana, mas tem como único objetivo destruir por completo todos aqueles que se preocupam com a situação de miséria total em que vive o nosso povo.

Toda essa situação abala qualquer criatura humana, mas o que eles não conseguiram nem conseguirão abalar nunca é essa vontade danada que o Assis e seus companheiros têm de resistir. É esse desejo danado de se darem por completo à luta do nosso povo. É essa força que emana de quem, apesar de tudo, não deixou de ser homem e de amar a humanidade. O que eles não podem abalar é esse encontro nos sábados, quando nos beijamos e nos perguntamos «como vai a força?». E ainda o que eles não pode abalar é esse amor que cresce a cada encontro, a cada instante, a cada momento difícil, quando nos olhamos profundamente e dizemos um ao outro «Nós vamos resistir».

Os presos políticos, para mim, são o próprio símbolo do sacrifício daqueles que se deram à luta pela libertação da humanidade; o símbolo do verdadeiro amor aos homens.»

15 anos de luta

«A Associação das Donas de Casa de São Paulo está comemorando 15 anos de atividades, que não foram fáceis, pelo contrário, foram duros. As vezes chegamos a pensar se valia a pena continuar...

Mas, isso só ficou em pensamento, nos mantivemos firmes na luta do dia a dia, cada vez mais acreditamos que a mulher tem um papel fundamental na transformação da sociedade.

Passados 15 anos, vimos o quanto já conseguimos, tanto em nível de reivindicações de bairro, mudança na vida do lar, mas principalmente, em nível de consciência, do quanto crescemos e fizemos nossos companheiros crescerem também.

Há cinco anos atrás o grupo de mulheres que iniciou a ADC, nem sonhava pensar em trabalhar fora ou até mesmo participar de qualquer movimento sem o seu compa-

nheiro. Hoje elas estão presentes tanto nas firmas, nos bairros, nos movimentos, batalhando, sem parar, coordenando as suas atividades para que possamos recuperar o tempo perdido.

São 15 anos de conquistas. Lutas que a mulher vem travando no lar como na sociedade, com tanto amor, dedicação, coragem, nos dão a esperança de uma sociedade melhor.

Queremos lembrar de nossas companheiras que por qualquer motivo não estão diretamente ligadas a essa luta, mas sabemos que elas continuam semeando, de uma maneira ou de outra, a sua mensagem de coragem e esperança. Temos certeza de que permanecemos presentes em suas vidas.»

Associação das Donas da Casa de São Paulo

elogio

«Lendo o número 13 de **Brasil Mulher** veio-me um grande desejo de abraçar a todas vocês e cumprimentá-las pelo magnífico trabalho que estão fazendo.

Brasil Mulher é hoje um jornal adulto, com personalidade, um jornal que sabe ou que quer. Sem desfazer do passado somos obrigados a reconhecer que o jornal evoluiu, aliás esta deve ser a ordem natural das coisas.

O meu entusiasmo talvez seja fruto de há muito tempo não receber **Brasil Mulher**, e ao ver o número 13 tomei um susto, no bom sentido é claro. **Brasil Mulher** é hoje um jornal definido, se situando ao lado da mulher trabalhadora, que sofre como o homem: a exploração e, mais do que o homem, é vítima de todos os preconceitos que a ideologia dominante impõe a toda a sociedade.

Ao invés de um feminismo sem sentido e muitas vezes até ridículo, **Brasil Mulher** procurou se unir às mulheres que possuem motivos para lutar por uma sociedade mais justa.

Está de parabéns toda a equipe pelo excelente trabalho, estão de parabéns as mulheres brasileiras que ganharam um veículo de expressão de seus anseios por justiça, estão de parabéns os explorados deste País.

Receberam um forte abraço e votos de que continuem no caminho da evolução, do amigo».

Altino Rodrigues Dantas Júnior
Presídio Político de São Paulo
Av. Ten. Júlio Prado Neves, 451 - SP

Nosso corpo - parte 2

Conhecendo nosso organismo e sabendo como ele funciona, a gente compreende melhor os médicos e pode explicar melhor o que sente. Muita coisa a gente pode resolver sozinha, quando conhecemos bem o nosso corpo, sem precisar ir ao médico. Na segunda parte desta série vamos saber o que é menstruação, e aprender a usar um dos métodos anticoncepcionais: a tabelinha.

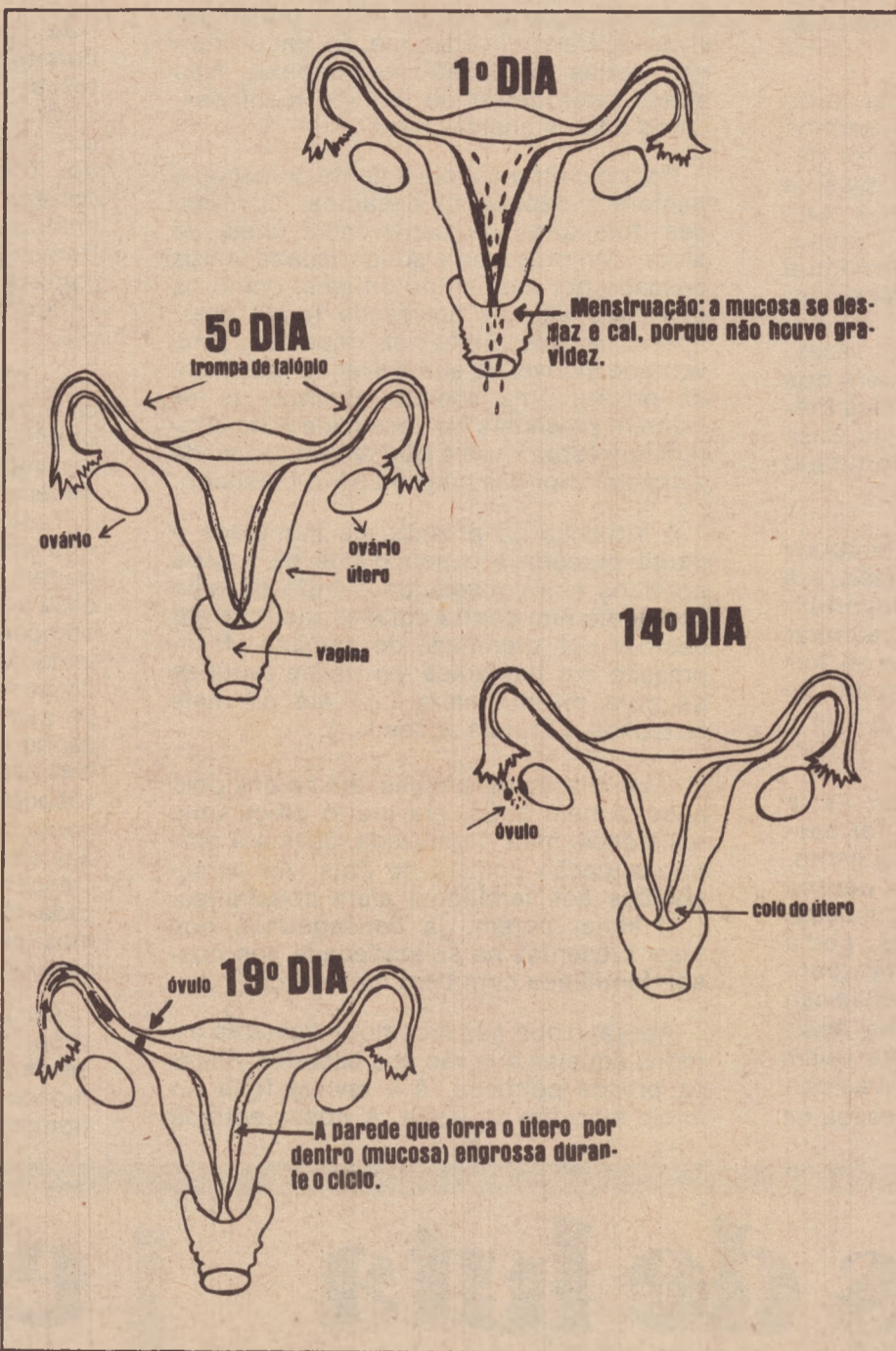
Todo mês, logo depois da menstruação, o corpo da mulher começa a se preparar para uma possível gravidez. O útero começa a se transformar: sua parede interna vai engrossando, sob o estímulo de um hormônio segregado pelo ovário, e formando várias camadas protetoras, constituindo a **mucosa uterina**.

A função dessa mucosa é preparar o útero para a **nidação**, ou formação de um "ninho" para receber o embrião. Só então o óvulo, já maduro, desce do ovário, pela trompa, até o útero — e esse processo chama-se **ovulação**, que ocorre uma vez por mês.

Como o óvulo está maduro, também está pronto para ser fecundado. A **fecundação** é a união do espermatozóide do homem com o óvulo da mulher. Se houver fecundação forma-se um embrião, que se agarra à parte de dentro do útero, a parede uterina. Nesse caso, a mulher está grávida.

Se o óvulo não é fecundado, isto é, se ele não encontra um espermatozóide, ele se desfaz e é eliminado junto com a mucosa, na **menstruação** (ver figura 1). Portanto, a menstruação consiste na eliminação, pelos órgãos genitais, de sangue misturado a fragmentos (pedacinhos) da mucosa que reveste o interior do útero.

A primeira menstruação surge, em geral, entre os 11 e os 13 anos de idade; e a última, chamada **menopausa**, ocorre usualmente entre os 45 e os 52 anos de idade. Cada menstruação dura de 3 a 5 dias, mas são comuns as de 2 a 8 dias, sem que isso seja indicio de qualquer



lação. Durante a ovulação é que pode haver a fecundação, e a mulher fica grávida. Como o ciclo da mulher pode variar de 25 a 35 dias, o período da fecundação também pode variar entre o nono e o décimo-nono dia. Nunca se pode estar segura sobre quais os dias exatos da fecundação, porque a ovulação pode atrasar ou adiantar.

2º Período: vai da ovulação até o primeiro dia da menstruação seguinte. Se não houver fecundação, o óvulo é expulso. Em geral, 14 dias depois da ovulação ocorre a menstruação.

A menstruação é uma coisa absolutamente normal na vida de uma mulher. Quando estamos menstruadas devemos lavar-nos como todos os outros dias. Para a proteção, durante esse período, existem as toalhinhas higiênicas ou os absorventes descartáveis (modess etc.).

Durante a menstruação podemos lavar a cabeça, fazer exercícios físicos ou manter relações sexuais, como em todos os outros dias. É um período normal.

A TABELINHA

A tabelinha é um método anticoncepcional, de controle através do ciclo menstrual da mulher. Conhecendo bem o funcionamento do seu ciclo, você pode impedir a gravidez. Durante seus dias férteis (ver figura 2), tome os seguintes cuidados: evite manter relações sexuais, ou peça a seu companheiro que use a camisa-de-vênus, ou "camisinha". Esse é o único anticoncepcional masculino que existe no Brasil e pode ser usado por qualquer homem: o espermatozóide fica dentro da "camisinha" e não passa para o corpo da mulher.

distúrbio, porque a quantidade de sangue eliminado e a duração da menstruação dependem diretamente da grossura da mucosa que se formou no interior do útero. A menstruação se repete a intervalos regulares, de 28 a 30 dias em média, mas os

ciclos de 25 a 30 dias são normais.

Podemos distinguir dois grandes períodos no ciclo da mulher:

1º Período: dura mais ou menos 16 dias, e vai do primeiro dia da menstruação até a ovu-

